

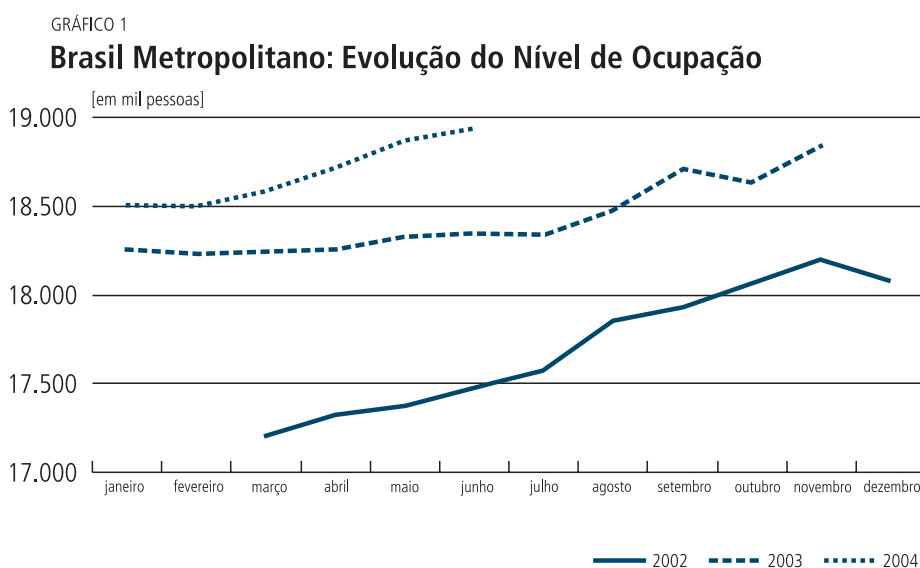
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

O comportamento do mercado de trabalho tem se caracterizado, nos últimos meses, por uma gradual recuperação dos seus principais indicadores. Iniciada com a retomada do nível de ocupação, ela já se reflete no indicador que mais chama a atenção da sociedade: a taxa de desemprego. Os indicadores de rendimentos também começam a mostrar variações positivas, interrompendo a trajetória de deterioração que vinham apresentando.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, depois da queda sazonal do início do ano, a ocupação começou a crescer de forma clara a partir de março (Gráfico 1), tendo o primeiro semestre se encerrado com uma variação média de 2,3% sobre igual período de 2003. Esse crescimento vem se intensificando mês a mês, com a taxa de junho alcançando a expressiva cifra de 3,3%, na comparação com junho do ano passado.

Em termos regionais, o dinamismo que a ocupação está apresentando, embora ocorrendo de forma generalizada, tem como destaques as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo, sendo que esta, não só em razão das altas taxas que vem exibindo, mas também em função do elevado peso que tem na população ocupada das seis regiões pesquisadas pelo IBGE, tem contribuído de forma muito significativa para os resultados do conjunto.

De fato, considerando-se o crescimento médio do primeiro semestre (sobre janeiro-junho do ano passado), enquanto a maioria das regiões apresenta variações pouco acima de 1%,¹ Belo Horizonte mostra um crescimento de 3,5%, e São Paulo de 3,4%. Dado o peso desta última, em torno de 42%, sua contribuição para o aumento havido no conjunto (2,3%) é de cerca de 62%. Em relação à aceleração do ritmo de surgimento de novas oportunidades de trabalho, o panorama é semelhante, com as variações em Belo Horizonte e São



1. Porto Alegre, 1,2%; Rio de Janeiro e Salvador, 1,1%; e Recife, apenas 0,2%.

Paulo comandando o processo (4,9% e 4,5%, respectivamente, em junho, sobre o mesmo mês de 2003), notando-se ainda uma melhoria clara do desempenho de Salvador (crescimento de 3,2%, na mesma comparação).

Em termos setoriais, os destaques positivos têm sido as atividades terciárias dos serviços (instituições financeiras, serviços às empresas, administração pública, serviços sociais etc.) e do comércio, com crescimento de 5,3% e 3,9%, respectivamente, na comparação de junho deste ano com junho de 2003. Em segundo plano situam-se a indústria (2,9%) e outros serviços (2,7%), aparecendo como destaque negativo o setor de construção civil, com uma queda de 1,7% nessa mesma comparação. O impacto negativo que essa trajetória da construção civil provoca na evolução da ocupação total serve, por outro lado, para chamar a atenção para as possibilidades que existem de dinamização ainda maior do mercado de trabalho, caso as perspectivas de recuperação do setor, a partir das medidas de estímulo recentemente aprovadas pelo Congresso, venham a se confirmar.

Esses resultados positivos que o nível de ocupação vem apresentando suscitam, de imediato, duas questões. A primeira diz respeito à qualidade das ocupações que estão sendo criadas, ao passo que a segunda refere-se à questão de se o atual momento favorável do mercado de trabalho tem condições de sustentabilidade ou se, ao contrário, é um fenômeno passageiro, de fôlego curto.

Quanto à qualidade dos vínculos de trabalho gerados, os sinais não são nítidos, havendo indicações — até certo ponto contraditórias — que demandam mais esclarecimentos. Por um lado, o crescimento expressivo do número de empregos com carteira de trabalho assinada, de 3,1% em junho, na comparação com junho de 2003, segundo a PME, e o número recorde de contratos formais em todo o Brasil, segundo o Caged/MTE (1.034 mil no primeiro semestre deste ano), testemunham a capacidade que o mercado de trabalho tem, hoje, de gerar empregos de qualidade, pelo menos naquilo que se refere à proteção da legislação trabalhista. Por outro lado, o crescimento mais que duas vezes superior dos empregos sem carteira (6,6%, no mesmo período)² pode, à primeira vista, dar a entender que, embora gerando empregos formais de maneira expressiva, o mercado de trabalho ainda padece de distorções graves que o fazem privilegiar a expansão da informalidade.

Essa preocupação, embora compreensível diante dos números exibidos, deve levar em consideração, contudo, o momento pelo qual a economia está passando. De certa forma estamos ainda vivendo o início de um processo de retomada do crescimento econômico, depois do severo ajuste fiscal e monetário que fez o PIB apresentar um recuo de 0,2% em 2003. Nessas condições, é natural que as empresas adotem uma postura cautelosa em relação aos custos de contratação/dispensa, esperando que o processo de crescimento se mostre duradouro e com perspectivas de sustentabilidade, para só então assumir mais amplamente a formalização dos vínculos de trabalho.

Segundo essa análise, havendo uma continuidade do processo, atualmente em curso, de crescimento da economia, tanto a confiança que os empresários passarão a ter em seu ulterior prosseguimento como a necessidade de garantir mão-de-obra diante do aquecimento do mercado de trabalho levarão a uma progressiva substituição de parcela dos atuais vínculos precários por contratos formais. Uma tal situação repetiria o ocorrido no final de

2. O crescimento anual do número de trabalhadores por conta própria vem sendo bem mais modesto, tendo se situado, em junho, em um patamar significativamente inferior (1,9%).

2000, quando, depois de cinco trimestres consecutivos de crescimento do PIB, para um mesmo volume total de mão-de-obra empregada, o mercado de trabalho operou uma substituição maciça de trabalhadores sem carteira por trabalhadores formais, de tal forma que, em abril de 2001, a taxa anual de crescimento dos empregos com carteira era de 6%, sobre o nível de abril de 2000, enquanto os empregos sem carteira apresentavam uma *queda* de 4,4%! Esse movimento, verificado no final de 2000 e início de 2001, foi tão intenso que, depois de mostrar um crescimento ininterrupto da informalidade ao longo de toda a década de 1990, o mercado de trabalho metropolitano experimentou — na média anual de 2001 — um crescimento de cerca de 1,4 ponto percentual em seu grau de formalização.

Nesse sentido, a atual diferença entre as taxas de crescimento dessas duas modalidades de assalariamento não deve levar a uma sentença definitiva sobre a qualidade do presente processo de expansão do nível de ocupação, devendo-se esperar um pouco para se ter uma avaliação mais fundamentada sobre o seu real significado.

Um outro ponto que está a merecer consideração, no tocante à qualidade da recuperação que o mercado de trabalho vem apresentando, diz respeito ao crescimento do número de pessoas sub-remuneradas,³ o qual, no mês de junho, representava mais de 15% da ocupação total (2,93 milhões de trabalhadores), o que representa uma expansão de 18,3% em relação a junho de 2003, equivalente, em termos absolutos, a pouco mais de 450 mil postos de trabalho. Mesmo levando em conta eventuais ruídos nesta estatística, em função da demora na aprovação do valor do salário mínimo, o fato é que essa subocupação está em patamares elevados, representando talvez a maior debilidade do atual estado do mercado de trabalho.

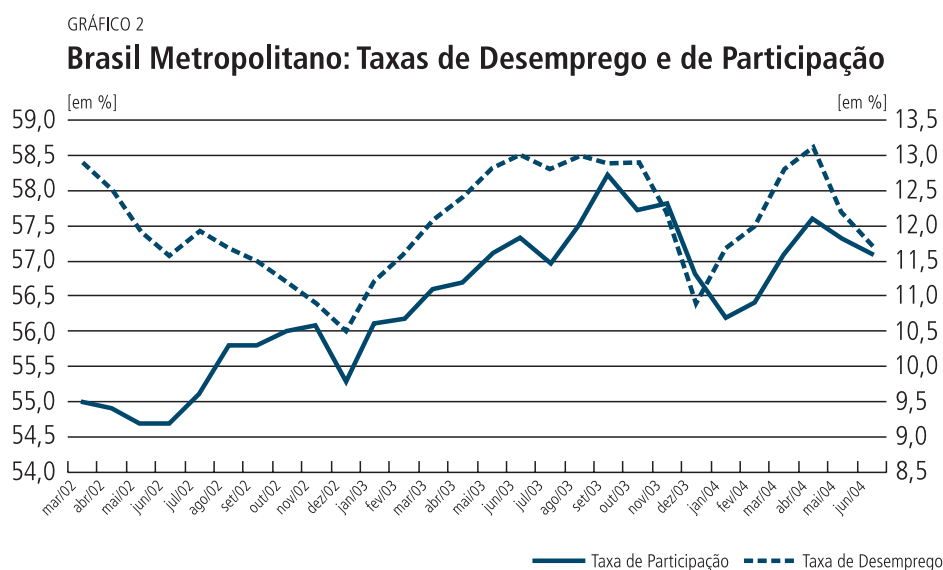
Quanto às perspectivas de sustentabilidade da atual fase de crescimento da ocupação, o retrospecto do comportamento do mercado de trabalho, desde o final da década passada, é de molde a sugerir que existe, hoje, uma alta sensibilidade de resposta aos estímulos do nível de atividades. Essa é uma situação bastante distinta da verificada nos anos 1990, quando a reestruturação por que passou a economia brasileira impôs um ritmo de crescimento da produtividade do trabalho que era incompatível com uma absorção de mão-de-obra mais expressiva. Dessa maneira, por ora, pelo menos até ser iniciado um novo movimento de atualização tecnológica e organizacional intensa, a questão da sustentabilidade do crescimento da ocupação transfere-se para a questão da sustentabilidade do próprio crescimento da economia. Na medida em que essas perspectivas apresentam-se promissoras, é de se esperar que o atual momento configure o início de um ciclo razoavelmente longo de ampliação das oportunidades de trabalho e não, simplesmente, uma melhoria espasmódica e inconseqüente do mercado de trabalho.

Portanto, em relação aos próximos meses, em princípio é razoável esperar uma continuidade na atual evolução do nível de ocupação, incluindo a ampliação da quantidade de empregos com carteira, na medida em que se confirmem as previsões de crescimento da economia para este ano (em torno de 3,5%) e se consolidem as expectativas otimistas para 2005. Duas ressalvas se fazem necessárias, todavia: a primeira é que o caráter amostral da pesquisa pode gerar oscilações de cunho meramente estatístico nos resultados; a segunda é que uma recuperação sustentada do mercado de trabalho pode, e deve, contribuir para a eliminação de postos de trabalho sub-remunerados. Se isso ocorrer de forma intensa, é possível que o crescimento do nível total da ocupação venha a ser atenuado, o que, nessas

3. Segue-se aqui a conceituação do IBGE, que assim considera o trabalhador cuja remuneração média por hora de trabalho é inferior ao valor do salário mínimo horário.

condições, seria até bem-vindo, na medida em que estaria associado a uma recomposição da qualidade do emprego.

Uma evolução positiva da ocupação, persistindo por um certo tempo, acaba inevitavelmente se refletindo na melhoria dos indicadores de desemprego. Embora a taxa de desemprego tenha experimentado crescimento até abril, fruto da pressão que a oferta de pessoas no mercado de trabalho vinha produzindo, em maio e junho ela apresentou quedas consideráveis, como resultado não apenas do dinamismo da ocupação, mas também em razão do recuo havido na quantidade de pessoas à procura de trabalho. A conjugação desses dois fatores fez com que esse indicador caísse a 11,7% em junho, cerca de 1,3 ponto percentual abaixo do observado no mesmo mês do ano passado.



Se a ocupação evoluir conforme o esperado, a taxa de desemprego também deve mostrar resultados positivos, mantendo a atual tendência de queda, embora não se possa descartar a hipótese de pequenos aumentos, passageiros, nas comparações mensais no futuro próximo, uma vez que o recuo da oferta havido em maio e junho foi bastante atípico. Caso isso aconteça, não se deve ver no fato um sintoma de debilidade do mercado de trabalho, pois o que importa é que a continuidade do crescimento da ocupação irá trazer uma diminuição estrutural da taxa de desemprego, a despeito das oscilações de caráter sazonal, ou mesmo cíclica,⁴ que possam eventualmente ocorrer na oferta de trabalho.

Em relação ao outro indicador que se coloca entre os mais importantes do mercado de trabalho, os rendimentos médios reais, os resultados dos últimos meses apontam para uma tendência de recuperação, apesar de uma certa oscilação em sua evolução mensal, com o resultado de junho⁵ atingindo o maior nível desde agosto do ano passado, situando-se ape-

4. A taxa de participação das pessoas no mercado de trabalho é usualmente pró-cíclica, tendendo a aumentar quando este se aquece, e começa a sinalizar a existência de uma probabilidade maior de êxito para as pessoas que procuram emprego. Contudo, a existência de fatores contracíclicos, com o recuo para a inatividade do chamado "trabalhador adicional", está a pedir a realização de estudos mais aprofundados sobre o comportamento da oferta, de forma a ser possível explicar, por exemplo, a queda da PEA em maio e junho últimos.

5. Considerando-se os rendimentos médios reais habitualmente recebidos.

nas meio ponto percentual abaixo do verificado em junho de 2003. A cautela em caracterizar o comportamento recente desse indicador como sendo o de uma recuperação sustentada advém da constatação de que, seja em termos das realidades regionais, seja considerando-se as formas de inserção ocupacional dos trabalhadores, as oscilações e disparidades apresentadas ainda não permitem afirmar que já se teria entrado em uma fase de crescimento continuado dos rendimentos reais.

Conforme pode ser visto na Tabela 1, que apresenta as variações mensais e anuais (em relação aos mesmos meses de 2003) dos rendimentos reais habitualmente recebidos ao longo do primeiro semestre, embora todas as regiões tenham mostrado variação positiva em junho, relativamente ao mês anterior, apenas em São Paulo isso havia ocorrido também em maio. No que se refere às variações anuais, a Tabela 1 permite perceber que a superação dos níveis de rendimentos reais verificados em 2003 só acontece em Salvador, Porto Alegre e São Paulo, sendo o peso desta fundamental para que a evolução do conjunto apresente a trajetória de recuperação exibida na última coluna. Além disso, como mostra o Gráfico 3, esse estreitamento das diferenças entre os rendimentos médios reais nos dois anos é fruto, em maior medida, da queda acentuada havida ao longo do ano passado, uma vez que o crescimento que se vem processando este ano ainda é muito tímido.

TABELA 1

Rendimentos Médios Reais habitualmente Recebidos por Regiões Metropolitanas

[em %]

	Variações Mensais							Variações Anuais						
	Recife	Salvador	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Total	Recife	Salvador	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Total
Jan.-04	2,9	-2,3	2,7	-1,4	3,2	3,6	1,9	-5,0	-11,0	-3,8	-1,8	-9,7	6,0	-6,2
Fev.-04	-4,2	0,8	-1,2	1,1	1,9	-4,2	0,5	-12,5	-2,8	-3,3	-6,8	-6,0	0,8	-5,7
Mar.-04	-0,8	0,7	1,4	5,1	-0,1	1,3	1,4	-10,7	0,7	-2,2	-1,4	-2,5	0,0	-2,4
Abr.-04	0,3	0,0	-0,6	1,4	-2,0	-1,7	-0,9	-7,1	4,8	-1,3	1,9	-7,7	1,9	-3,5
Mai.-04	-1,1	-3,3	-2,2	-4,8	2,0	-3,4	-0,7	-11,6	6,3	-0,7	-5,7	0,3	-2,1	-1,4
Jun.-04	7,5	0,3	2,6	0,2	1,5	4,8	1,8	-7,9	2,8	-3,0	-4,9	1,5	2,1	-0,5

Fonte: PME/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac.

Também quando essa evolução é vista sob a ótica das formas de inserção ocupacional, conforme mostram os dados da Tabela 2, as oscilações e a diversidade das trajetórias chamam a atenção, sublinhando o caráter ainda incipiente do atual processo de recuperação do poder de compra das remunerações do trabalho. Do lado positivo, um fato que favorece a idéia de ser este um processo consistente é o melhor desempenho relativo mostrado pelos rendimentos dos assalariados do setor privado, uma vez que são essas as modalidades de inserção que respondem mais rapidamente aos estímulos da retomada do nível de atividade, o qual, como comentado anteriormente, apresenta perspectivas promissoras, considerando-se os cenários mais prováveis de evolução da economia.

Nesse sentido, a despeito das cautelas que se deve ter em relação ao significado da evolução recente dos indicadores de rendimentos, pode-se dizer que as perspectivas são otimistas: enquanto os rendimentos dos assalariados do setor privado já são hoje superiores aos verificados um ano atrás, a expectativa é que essa recuperação também alcance os empre-

gados do setor público⁶ e os trabalhadores por conta própria, sendo estes os últimos a conseguir, tradicionalmente, uma recomposição do poder de compra de suas remunerações.

A recuperação havida nos rendimentos, aliada ao crescimento da ocupação, fez a chamada massa salarial (volume de toda a remuneração do trabalho) de junho do corrente ano superar os valores correspondentes de 2003 (mais 2,9%), nas regiões cobertas pela PME. Confirmando-se as perspectivas positivas de evolução dos rendimentos médios, será dado um impulso adicional ao crescimento da massa salarial, atualmente ainda dependente do dinamismo no nível de ocupação.

TABELA 2

Rendimentos Médios Reais habitualmente Recebidos segundo a Forma de Inserção na Ocupação

[em %]

	Variações Mensais					Variações Anuais				
	Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta Própria	Total	Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta Própria	Total
		Com Carteira	Sem Carteira				Com Carteira	Sem Carteira		
Jan.-04	-1,8	2,0	3,0	4,9	1,9	-5,6	0,4	-2,1	-8,0	-6,2
Fev.-04	0,1	1,2	-0,2	-1,7	0,5	-7,6	0,3	-4,8	-4,9	-5,7
Mar.-04	1,5	0,2	1,0	4,0	1,4	-4,2	-0,5	-4,3	2,7	-2,4
Abr.-04	-1,3	-0,8	-0,8	-0,7	-0,9	-2,2	-2,9	-4,3	3,2	-3,5
Mai.-04	0,7	-0,8	5,8	-2,0	-0,7	-1,8	-0,8	2,6	0,0	-1,4
Jun.-04	0,1	1,7	1,8	-1,5	1,8	-3,1	1,1	3,6	-2,6	-0,5

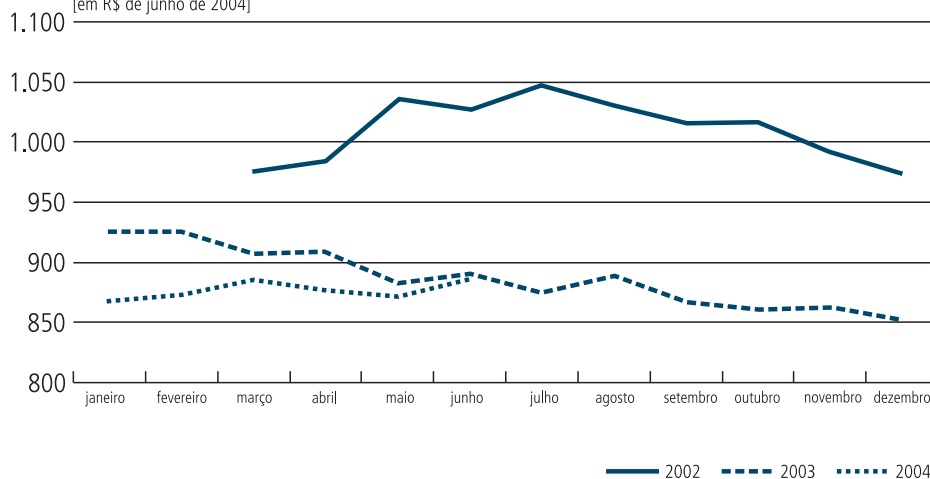
Fonte: PME/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 3

Brasil Metropolitano: Rendimentos Reais habitualmente Recebidos

[em R\$ de junho de 2004]



6. As remunerações do setor público não têm uma relação direta com a dinâmica geral do mercado de trabalho, sendo condicionadas por fatores — em grande parte — de natureza não-econômica e que atuam de forma diferenciada — e em momentos distintos — em cada esfera de governo. Contudo, a ampla recomposição que o governo federal vem promovendo nas remunerações de seus servidores é um processo que terá, certamente, um impacto positivo no desempenho dos rendimentos do setor público como um todo.